

Educação em saúde, a alimentação saudável no contexto da mulher privada de liberdade: um relato de experiência

Lucas Guilherme Martins Santos¹, Letícia Rodrigues Weberling², Neoma Mendes de Assis^{3,4},
Paula Maia Guimaraes⁵, Renata Andreoni⁶

¹Centro universitário de Belo Horizonte (*Estudantil*) , ²Centro universitário de Belo Horizonte, ³Faculdade da Saúde E Ecologia Humana, ⁴Centro universitário de Belo Horizonte (*Professora do curso de Medicina e Orientadora*) , ⁵Centro Universitário de Belo Horizonte, ⁶IBCMED/Inspirali (*Diretora de Educação*)

e-mail: lucasmartins1272@gmail.com

Introdução: A alimentação adequada é direito fundamental a toda pessoa, sendo dever do poder público garantir a segurança nutricional universal. Entretanto, a alimentação adequada para pessoas privadas de liberdade não é assegurada. Há grande precariedade de higiene dos produtos e no preparo, além de serem ofertados alimentos de baixo valor nutricional. Essas condições levam a uma grande taxa de adoecimento, já que, as mulheres apresentam maior risco para doenças cardiovasculares, podendo ser evitadas ou minimizadas com uma alimentação adequada. Por isso, as intervenções em saúde realizadas por acadêmicos de medicina no sistema prisional precisam promover um olhar integral sobre a saúde dessa população.

Objetivos: Promover uma abordagem integral em saúde da mulher privada de liberdade, com foco em mudanças dos hábitos alimentares das recuperandas da Associação de Proteção de Assistência aos Condenados de Belo Horizonte (APAC feminina de BH). Também contribuir para a formação médica de excelência com desenvolvimento de habilidades e competências para o atendimento de população em situação de vulnerabilidade.

Métodos: Relato de experiência de projeto de extensão realizado por estudantes de medicina na APAC Feminina de BH. A ação aconteceu em um dia integral de vivência em saúde da mulher. Foram ministradas oficinas de educação em saúde sobre alimentação saudável durante o cárcere e a prevenção de doenças cardiovasculares em mulheres. Foram oferecidas três oficinas por turno, totalizando 90 recuperandas contempladas. As oficinas foram formuladas com base em metodologias ativas, apresentados fluxogramas, imagens e dados que incentivaram o diálogo sobre um estilo de vida saudável, seguidos por discussão e manifestação de dúvidas das mulheres participantes sobre suas condições de saúde.

Resultados: Os estudantes compreenderam que o atendimento em saúde à mulher privada de liberdade encontra diversos desafios: acesso em saúde dificultado, falta de recursos básicos alimentares, desinteresse das próprias recuperandas no autocuidado. Percebeu-se consumo abusivo de alimentos de baixo teor nutricional como válvula de escape emocional e desconhecimento sobre os impactos que uma alimentação inadequada tem sobre seu estado de saúde. Diante desse cenário, os discentes buscaram adequar as recomendações

nutricionais e autocuidado ao cenário atual das recuperandas, destacaram os benefícios do estilo de vida saudável dentro do cárcere, com intuito de despertar o interesse das mulheres e torná-las protagonistas do próprio cuidado.

Conclusão: A ação trouxe grande potência de reflexão aos estudantes e profissionais envolvidos na atividade, sensibilizando a todos sobre a complexidade no cuidado às mulheres privadas de liberdade. Também percebeu-se a necessidade de uma articulação intersetorial - entre o sistema carcerário, o SUS, o setor executivo e a universidade - para viabilizar um remodelamento do cenário carcerário atual que ajudasse na promoção da saúde integral e inclusiva à mulher privada de liberdade. Nesse contexto, é fundamental que os acadêmicos sejam expostos a esse cenário durante sua formação, a fim de identificarem os desafios da prática clínica e adquirirem habilidades para a resolução desses entraves no cuidado à saúde da mulher em situação de vulnerabilidade.